

ACM sugere que líderes renunciem

Senador chama de criminoso quem quer mudar a emenda sobre MPs

Maria Lima, Cátia Seabra
e Cristiane Jungblut

• **BRASÍLIA.** O próximo round da briga provocada pela emenda constitucional que limita o uso de medidas provisórias será na Câmara, mas o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), continua no ringue. Ontem, ele chamou de criminosos e sugeriu que renunciassem aos mandatos o líder do Governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), e o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), que querem alterar a proposta aprovada no Senado por 70 votos contra dois.

— Isso é tão criminoso com a instituição, que não acredito que tenham dito isso. Quando um sujeito, por qualquer interesse, deixa de defender a instituição a qual pertence, é melhor que renuncie — disse.

Pela manhã, Antônio Carlos também não poupou o presidente Fernando Henrique Cardoso, sugerindo que ele faça a sua base trabalhar para que governe sem precisar de MPs. — A base não quer trabalhar. Viver autoritariamente, para quem pregava a democracia, é intolerável — disse ele.

Depois de encontro com FH, ACM elogia presidente

Depois de um encontro com o presidente no Planalto, porém, Antônio Carlos amenizou o discurso:

— O Congresso se afirmou (na votação). Mas não tem interesse em se confrontar com o Executivo. Temos que viver harmonicamente — disse, classificando Fernando Henri-

que de educado e carinhoso.

O novo confronto, porém, parece inevitável, pois o presidente e seus representantes já deixaram claro que querem mudar o projeto na Câmara. Eles não concordam com o dispositivo que determina que a pauta do Congresso fique trancada por MPs não votadas no prazo. Mas Antônio Carlos está articulando com o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), a aprovação do texto sem mudanças.

Porta-voz: FH reafirmou a ACM sua posição

O porta-voz da Presidência, Georges Lamazière, disse que Fernando Henrique reafirmou a Antônio Carlos seu temor de que a emenda paralise a pauta de votação do Congresso. O presidente, segundo Lamazière, nunca esteve preocupado com a possibilidade de a proposta limitar o seu poder.

Já Arthur Virgílio afirmou que não aceita a insinuação de que estaria querendo mudar o projeto que transfere a votação das MPs do Congresso para sessões separadas da Câmara e do Senado a fim de manter o poder de seu cargo.

— Esse negócio de criminoso para cima de mim, não! Não vejo crime em ter visão discordante do senador Antônio Carlos. Já ousei discordar do Médici, e o criminoso era ele.

Em São José dos Campos, São Paulo, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, criticou o Congresso devido à aprovação da emenda que limita o uso de MPs. Segundo ele, como está o projeto pode congestionar a pauta. ■